

## HOMOFOBIA E EDUCAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES PARA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL PEDAGOGO<sup>1</sup>.

### **Autores:**

#### **Elivelton Barreto Farias**

Graduando em Enfermagem pela Universidade Federal do Pará, Brasil.  
*Universidade Federal do Pará – [eliveltonbarreto@gmail.com](mailto:eliveltonbarreto@gmail.com)*

#### **Márcio Moraes Sanches**

Graduando em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará, Brasil.  
*Universidade Federal do Pará – [marcioshadow@gmail.com](mailto:marcioshadow@gmail.com)*

#### **Solange Pereira da Silva**

#### **Prof.<sup>a</sup> Orientadora – Me. Educação**

*Universidade Federal do Pará – [solangesilva@ufpa.br](mailto:solangesilva@ufpa.br)*

### **Resumo**

Este estudo tem a pretensão de averiguar, através da pesquisa documental o que diz o Plano Nacional da Educação e Direito Humanos, analisando o Projeto Pedagógico do curso de Licenciatura em Pedagogia do Campus Universitário do Marajó – Breves, sobre diversidade sexual e de gênero na formação acadêmica. Tem por objetivo analisar se a formação de novos docentes deixa a desejar a respeito do tema, criando assim um ciclo de desconhecimento acerca do assunto diversidade sexual e de gênero e cultuando o preconceito que sempre foram comum no ambiente escolar. Para tanto se considerou os estudos sobre sexualidade e escola, a partir de autores como, Louro (1997; 2000; 2004), Da Moita Lopes (2002), Viana & Unbehaum (2004) e outros. Conclui-se que, o PPC encontra-se desatualizado, refletindo-o na formação do profissional pedagogo.

**Palavras-Chave:** Gênero. Diversidade sexual. Escola.

### **Introdução**

O presente trabalho parte de uma inquietação particular nossa, diante do cenário atual escolar, frente à conduta do profissional que atua em sala de aula a respeito do tema diversidade sexual e de gênero; tomando como base para este estudo o Plano Nacional de Educação e Direitos Humanos (PNEDH) e a análise do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia (PPC) do Campus Universitário do Marajó – Breves<sup>2</sup>, com objetivo de analisar a formação de novos docentes a respeito do tema transversal, que para nós tem sua importância em ser estudado, ajudando no desenvolvimento de novas metodologias de trabalho, quebrando assim um ciclo de desconhecimento acerca do assunto diversidade sexual e de gênero.

Dessa forma, temos como hipótese a seguinte afirmação: os profissionais que atuam em sala de aula não estão preparados para trabalhar com o tema, tendo em vista a sua formação acadêmica que não se é trabalhada sobre o tema; e o preconceito que parte dos

<sup>1</sup> Este trabalho faz parte das atividades realizada sobre gêneros e diversidade sexual, do grupo de estudos sobre diversidade sexual e de gênero, do Campus Universitário do Marajó – Breves.

<sup>2</sup> Breves – Pá município localizado no arquipélago do Marajó, as margens do rio Parahuaú. O Marajó, está localizado no Estado do Pará, e é formado por um complexo de ilhas com cerca de 42.000Km<sup>2</sup> em extensão territorial, dividido por 17 municípios. (Fonte: Associação dos Municípios do Arquipélago do Marajó – AMAM).

professores em sala de aula por apresentarem pouco conhecimento sobre o assunto gênero e diversidade sexual.

Para justificativa deste trabalho, julgamos sua relevância histórica em se debater o tema e ao aumento do número da LGBTTFóbia resultando a cada dia em novos casos de violência que ainda são tolerados no Brasil, tendo uma barreira dura a ser quebrada. Para Henriques (2007, p.27), as temáticas, “favorece o reconhecimento da legitimidade de suas múltiplas e dinâmicas formas de expressão de identidades e práticas, bem como a promoção de políticas que garantam a igualdade de direitos e oportunidade”.

No primeiro tópico propõem uma discussão teórica sobre as políticas públicas voltadas para a educação existentes no Brasil, e nessa ótica apreciamos as existentes. No segundo tópico, apresenta-se as análises do PPC, e aproveita-se para problematizar as questões identificadas e apontamos a necessidade de políticas de formação continuada para profissionais presentes em sala de aula.

## **2. Pré-conceito e preconceito de LGBTTI's em nossa sociedade**

Duros são os termos pejorativos contra esse público, que vão desde chacotas até palavras frias que geram constrangimento, machucam e causam dor. “Gays”, “baitolas”, “veadinhos”, “queima rosca”, “sapatão”, “macho-fêmea”, “mulher de bago”. São inúmeras as terminologias ligadas ao público LGBTTI que se metamorfoseiam de acordo com as relações sociais de uma dada sociedade, em outras palavras nomenclaturas que variam no decorrer do tempo e espaço. Ora, se vivenciamos tempos de crises nada mais justo amenizar o preconceito e refinar as relações de gênero tendo em vista o aumento da violência gratuita.

Minha intenção ao tentar estabelecer uma conversa entre diversas formas de fazer teoria e explicitar minha aposta na ideia de que complexificar a categoria gênero – historicizá-la e politizá-la -, prestando atenção em nossa análise e outras e relações de opressão, pode nos abrir caminhos sequer imaginados ainda de uma sociedade mais igualitária. Para tanto, é preciso considerar gênero tanto como uma categoria de análise quanto como uma das formas que relações de opressão assumem numa sociedade capitalista, racista e colonialista. (LOURO, 2011, p. 59).

Debater faz-se necessário, politizando a sociedade e fazer o engajamento desses grupos sociais, excluídos e historicamente marginalizados, a escola tem um papel muito importante nesse contexto social, pois tem credibilidade e o número de alunos suficientes para intensificar a desconstrução de falácias e opressões das diferenças. A Constituição Federal de 1988, trata em seu artigo 6º, que “a educação é um direito de todos e cabe ao estado garantir condições para o acesso e permanência”. Por se tratar de uma realidade, é inegável dizer como o preconceito é visto e praticado dentro do ambiente escolar, muitas das vezes um preconceito

velado mascarado por piadinhas e/ou brincadeiras ou escancarado onde os professores não sabem nem como lidar com a situação.

Trazendo para discussão, registra-se alguns dados do Ministério da Saúde, mais especificamente do programa “Brasil sem homofobia”, (2004), envolvendo estudantes brasileiros do ensino fundamental, seus pais e professores, e revelando que os professores não apenas tendem a se silenciar frente à homofobia, mas, muitas vezes, colaboram ativamente na reprodução de tal violência. Os estudos de Viana & Unbehaum, (2004, p.79) mencionam que:

Nas escolas, as relações de gênero também ganham pouca relevância entre educadores e educadoras, assim como no conteúdo dos cursos de formação docente. Ainda temos os olhos pouco treinados para ver as dimensões de gênero no dia-a-dia escolar, talvez pela dificuldade de trazer para o centro das reflexões não apenas as desigualdades entre os sexos, mas também os significados de gênero subjacentes a essas desigualdades e pouco contemplados pelas políticas públicas que ordenam o sistema educacional.

Segundo a pesquisa da UNESCO (2004), dos 5 mil professores entrevistados entre a rede pública e privada 59,7% acham inadmissível que uma pessoa tenha relações homossexuais. O percentual de professores/as que declaram não saber como abordar os temas relativos à homossexualidade em sala de aula, vai de 30,5% em Belém a 47,9% em Vitória. Para Nogueira, (2009, p.13), essa realidade mostra que:

A discussão sobre gênero nas políticas educacionais parte de uma falácia cruel: a de que gênero, sexualidade e identidade de gênero são invenções ideológicas. Hoje em dia, é muito comum ver a desqualificação de determinadas visões de mundo como sendo “ideológicas”, ou seja, um ideário sem ancoragem na realidade.

Gênero, sexualidade e identidade de gênero não é e nunca será uma ideologia, elas existem, a partir do construto de que somos resultantes de processo histórico social, não podemos dizer, que nos é apresentada e que devemos segui-la pelo simples fato de imposição. Tudo isso, nos faz refletir e se perguntar, “Porque discutir gênero nas escolas?”. Gisele Cristina<sup>3</sup> já explica que “a realidade não é bonita, ela nos obriga a discutir isso, seria muito melhor se não precisássemos, mas é uma relação de poder que mata pessoas, que violenta mulheres, que subjuga milhões de brasileiras”.

Nesse contexto, acredita-se na educação e na mudança de comportamento. As escolas, precisam ensinar o respeito à diversidade, promovendo a cidadania e a inserção do sujeito social, seja ele de classe e orientação sexual diferente. Realçar os laços de amizade e companheirismo entre estudantes, desmistificando ideia de preconceito, de que, um garoto por escolher uma forma de relacionamento diferente não pode ter amigos héteros. Desconstruir os

<sup>3</sup> Gisele Cristina, militante da organização católica pelo direito de decidir, no debate.

estereótipos, onde a homoafetividade é uma vergonha contagiosa, e tudo que fuja do binário homem/mulher deva ser rejeitado ou repudiado, dessa indiferença onde à felicidade seja cerceada, pois quem vive nessa condição não merece viver em sociedade. Para Silva (2013, p. 14):

É inconcebível que no Sistema Educacional não façamos tamanha discussão. A própria Escola enquanto Instituição precisa aprimorar conhecimentos e compreender que a sociedade é dinâmica, que caminha em constante transformação histórica e que os aclamados processos educacionais baseados na Teoria da Educação necessitam de práxis social

Em relação as Universidades, o PNEDH (2006, p.32), destaca que, “com base na autonomia intelectual universitária (didática, científica, administrativa, financeira e patrimonial)”, em, especial as públicas, são instituições “sociais irradiadoras de conhecimentos e práticas novas”. Tornando assim, uma das responsáveis “com a formação crítica, a criação de um pensamento autônomo”, dentro dos seus cursos de formação de profissionais.

O documento, orienta para “os preceitos da igualdade, da liberdade e da justiça que devem guiar as ações universitárias”, dentre elas, a pesquisa, ensino e extensão, assessorias e realização de eventos. Entende-se que, os projetos dos Cursos, independente da formação, precisa discutir temáticas referentes as diversidades, com objetivo de garantir na formação a consciência política, e a efetivação dos direitos sociais garantidos constitucionalmente.

## **Resultado e discussões**

Para situar o debate com relação ao que nos interessa evidenciar, apresenta-se as análise do Projeto pedagógico do curso de pedagogia, da Faculdade de ciências Humanas do Campus Universitário do Marajó – Breves. Observou-se que um dos objetivos do curso para formação desse profissional deva ser:

Didático-pedagógicos e de organização referentes aos processos educacionais, garantindo a todos o acesso ao conhecimento produzido e acumulado, de modo a contribuir para o exercício pleno da cidadania, fundada em uma formação humanística, crítica, reflexiva e investigativa. (PPC, 2011, p.17)

Destaca-se como competência social, a perceptiva de uma formação para a inclusão e apresenta como habilidades relacionada para o desenvolvimento desta competência, “a identificação dos problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa e propositiva com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas”. Entretanto, no conjunto das ementas e referências bibliográficas que norteiam os fundamentos teóricos e metodológicos para o direcionamento

das competências e habilidades apresentadas, não evidenciada literaturas direcionadas para as temáticas.

Na disciplina, de corporeidade e educação, referente à educação física, um dos itens da ementa direciona para possibilidades de construção de conhecimento por meio do corpo. Corpo, gênero e sexualidade, entretanto, a bibliografia básica e a complementar, não apresenta os fundamentos teóricos para a discussão, ficando a cargo do professor, organizar o trabalho em uma perspectiva interdisciplinar, ou discutir a temática pautada nas concepções biológicas.

De acordo com o plano nacional da educação e direitos humanos (PNEDH) fica claro que é preciso a adoção do princípio de empoderamento em benefício de categorias historicamente vulneráveis. De acordo como o Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos (ONU, 2005, apud, PNEDH, 2006, p.32):

Ao propor a construção de uma cultura universal de direitos humanos por meio do conhecimento, de habilidades e atitudes, aponta para as instituições de ensino superior a nobre tarefa de formação de cidadãos(ãs) hábeis para participar de uma sociedade livre, democrática e tolerante com as diferenças étnico-racial, religiosa, cultural, territorial, físico-individual, geracional, de gênero, de orientação sexual, de opção política, de nacionalidade, dentre outras.

De acordo com as novas diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica, tendo por base o Parecer CNE/CP 02/2015, aprovado pelo Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação (CNE), em 9 de junho de 2015, e homologado pelo MEC em 24 de junho de 2015, destacam que:

Os cursos de formação deverão garantir nos currículos conteúdo específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras) e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

É importante que as políticas voltada para essa área, sejam respeitadas e garantidas, e o cursos de graduação tragam em seu currículo o tema para que se possa discutir e desconstruir esses estigmas dolorosos perpetuados com o tempo. Isso garantiria para o professor competências necessárias para o desenvolvimento de metodologias, e seria rasgar um véu que encobre essa discussão na ambiente escolar, engajando o educador e ajudando-o a trabalhar essa temática em sala de aula.

## **Conclusão**

São paradigmas dolorosos que aos poucos vem sendo quebrados a partir do momento em que são estudados, trazidos aos olhos da população como problema social. O alto índice

de preconceito contra a população LGBTTI, dispara no Ranking como uma das principais causas de morte no Brasil.

É vergonhoso para sociedade brasileira, pessoas morrendo por serem diferentes, onde suas lutas resumem-se em sua aceitação na sociedade. Percebemos que os professores necessitam de formação continuada nessa área específica. É importante ressaltar que os PPC'S encontram-se desatualizados, devem ser inclusos os temas transversais nas grades curriculares, para que sejam garantidos os direitos mínimos e façam valer o compromisso de nosso país, já que se propôs a ser signatário dos direitos humanos. Precisamos caminhar juntos por uma educação inclusiva, onde se possa trabalhar gênero e diversidade sexual em suas múltiplas facetas. Para uma sociedade dita democrática e laica, dizer que formas de afeto entre pessoas do mesmo sexo seja comparado a um crime e para religião como um pecado mortal. Vivemos em uma sociedade preconceituosa, e onde as pessoas ainda se utilizam da religião para subjugar, até mesmo matando as outras pessoas por conta do preconceito.

## Referências

DA MOITA LOPES, Luiz Paulo. **Identidades fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula**. Mercado de Letras, 2002.

HEILBORN, Maria Luiza. Construção de si, gênero e sexualidade. **Sexualidade: o olhar das ciências sociais**, p. 40-58, 1999.

HENRIQUES, Ricardo et al. Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos. **Cadernos Secad**, n. 4, 2007.

LOURO, Guacira Lopes; ESTRANHO, Um Corpo; SOBRE, Ensaios. Sexualidade e Teoria Queer. Belo Horizonte: Autêntica. 2004.

\_\_\_\_\_. Currículo, **gênero e sexualidade**. Porto: Porto Editora, 2000.

HUMANOS, Direitos. Plano nacional de educação em direitos humanos. **Brasília, Ministério**.

SILVA, Ariana Kelly Leandra Silva da. Diversidade sexual e de gênero: a construção do sujeito social. **Revista do NUFEN**, v. 5, n. 1, p. 12-25, 2013.

VIANNA, Claudia Pereira; UNBEHAUM, Sandra. O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 121, p. 77-104, 2004.